

Editorial

Gestão do uso público: turismo e lazer em áreas protegidas

*Marcelo Derzi Vidal – CNPT/ICMBio
Thiago do Val Simardi Beraldo Souza – COEST/ICMBio
Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues – DAT/UFRRJ
Fagno Tavares de Oliveira – CET/UnB
Susy Rodrigues Simonetti – ESAT/UEA*

O lazer e o turismo em áreas protegidas são atividades previstas e incentivadas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e podem beneficiar a sociedade de diferentes formas, tais como favorecendo a saúde física e mental a partir da visitação e prática de atividades esportivas ao ar livre; a geração de conhecimento e mobilização social por meio da educação ambiental; o desenvolvimento de alternativas de trabalho e renda por meio do turismo, além do apoio público fundamental para a conservação das unidades de conservação. Para tanto, dentre as missões do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), destaca-se, no contexto desta edição temática da BioBrasil, a promoção e execução de programas recreacionais, de uso público e de ecoturismo nas unidades de conservação, considerando as expectativas dos visitantes e provendo ações de manejo que busquem a diversidade de oportunidades e experiências de qualidade, promovam a conservação da biodiversidade e o engajamento de iniciativas protagonizadas por populações tradicionais.

Nesse sentido, o uso público em áreas protegidas, por meio de atividades de lazer e turismo, é considerado uma importante ferramenta de conservação da natureza e um aliado estratégico na proteção dessas áreas. A presença do visitante, assim como de pesquisadores e voluntários, pode auxiliar no monitoramento das atividades e nas iniciativas de gestão e conservação. Além disso, o uso público proporciona ao visitante a oportunidade de conhecer e vivenciar ambientes naturais e práticas socioculturais, além de criar vínculo com as áreas protegidas e territórios envolvidos. Assim, os visitantes se apropriam desses espaços e compreendem a função das áreas protegidas na manutenção de serviços ecossistêmicos para a sociedade e qualidade ambiental.

O lazer e o turismo em áreas protegidas podem funcionar, também, como indutores para o desenvolvimento, em bases sustentáveis, e o fortalecimento socioeconômico das regiões onde estão inseridas, além de ampliar a visibilidade e o apoio político-social para a preservação das áreas protegidas e o incremento de receitas para a recuperação e manutenção das espécies e seus habitat.

Para ser ter uma ideia da importância econômica dessa atividade, nas unidades de conservação federais, as 12,4 milhões de visitas contabilizadas em 2018 representaram uma contribuição total para a economia nacional de cerca de 90 mil empregos, R\$ 2,7 bilhões em renda, R\$ 3,8 bilhões em valor agregado ao PIB e R\$ 10,4 bilhões em vendas e R\$ 1,1 bilhão em impostos. Já em 2019 foram registradas 15 milhões de visitas. Um aumento de 20,4% em relação a 2018. A Mata Atlântica foi o bioma mais visitado, abrangendo quatro das dez unidades de conservação mais procuradas para visitação, e os parques nacionais são as áreas protegidas mais utilizadas pelo uso público.



No entanto, o crescimento constante do turismo nos últimos anos requer atenção, já que, quando desenvolvido de maneira desordenada, sem planejamento, monitoramento ou controle, gera efeitos danosos que podem comprometer o equilíbrio ambiental, a segurança dos visitantes, a dinâmica sociocultural local e representar fator de ameaça às espécies da fauna e flora. Assim, aliar as necessidades de conservação com as demandas dos visitantes e da dinâmica do turismo no local é um dos desafios dos gestores quando se trata de uso público em áreas protegidas.

Este número da BioBrasil reúne 22 artigos relacionados ao uso público em áreas protegidas brasileiras. São artigos envolvendo temas como desafios e oportunidades no ecoturismo, aprendizados na gestão do uso público, envolvimento e participação comunitária em atividades de turismo, perfil dos visitantes de áreas protegidas, parcerias público-privada na gestão do uso público, turismo de interação com a fauna silvestre, e monitoramento e gestão de impactos do uso público.

Desejamos que este número da BioBrasil contribua para motivar reflexões e práticas para o planejamento, a gestão e o monitoramento do uso público nas áreas protegidas, atuando como ferramenta complementar na adequada conservação dos recursos naturais, satisfação e sensibilização dos visitantes, valorização sociocultural e geração de trabalho e renda para comunidades locais.

Agradecemos ao corpo editorial da revista, em especial à Fernanda Oliveto, editora assistente, que teve atuação fundamental para a materialização deste número, assim como aos revisores, que voluntariamente dedicaram tempo e conhecimento para contribuir com os artigos publicados.